

## **GD 08 - JUVENTUDES E ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**COORDENAÇÃO:**

**Elias Evangelista Gomes**  
doutor em Educação pela USP

**Geovânia da Silva Toscano**  
Doutora em Ciências Sociais pela UFRN

### **Apresentação**

Os estudos sobre juventude têm ressaltado a importância de reconhecer as jovens e os jovens como sujeitos de direitos e em suas pluralidades. Isso implica construir o currículo escolar, a formação docente, os livros e materiais didáticos, o trabalho docente, as práticas de ensino orientadas e elaboradas em conexão com as demandas e os desafios vivenciados pelas juventudes. Neste Grupo de Discussão (GD), serão acolhidos trabalhos resultados de projetos de ensino, extensão, pesquisa, relatos de experiências e práticas de gestão educacional que tematizem as juventudes e que estejam relacionadas ao ensino de Ciências Sociais na Educação Básica e na Educação Superior. Também serão bem vindas as comunicações que abordam os componentes curriculares de Sociologia, Projeto de Vida e eletivas no Ensino Fundamental, Ensino Médio e na Educação de Jovens e Adultos, com enfoque nas questões relacionadas às juventudes sob as óticas da Antropologia, Ciência Política e Sociologia. São igualmente relevantes para este GD os debates sobre o ensino de Ciências Sociais e as conexões entre juventude e cultura, trabalho, cidadania, escolarização, participação, política, movimentos sociais, meio ambiente, esporte e lazer, sociabilidade, gerações, escolha profissional, mídia, arte, políticas públicas, saúde, economia, assistência social, marcadores sociais da diferença (raça, gênero, sexualidade, classe, origem territorial, pessoas com deficiência, religião), interseccionalidade etc. Além do enfoque prioritário das juventudes, o GD acolherá ainda trabalhos que reflitam sobre o ensino de Ciências Sociais e os demais ciclos da vida, a saber: infância, adolescência, adultez e velhice. Almejamos neste GD reunir estudantes de graduação e pós-graduação, docentes da Educação Básica, participantes de coletivos juvenis, envolvidos com o Programa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Residência Pedagógica (PRP) e pesquisadores da Educação Superior, que tenham interesses em divulgar suas reflexões e contribuir para o avanço do Ensino de Ciências Sociais no Brasil com ênfase nas juventudes.

## **A IMPORTÂNCIA DE INICIATIVAS PARA O PÚBLICO JOVEM: uma análise das ações do projeto de extensão “Sociologia, Juventude e Cidadania”**

---

**Walace Ferreira**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Juliana Dias Lima**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

**Stella de Sousa Martins**

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Este trabalho procura, simultaneamente, apresentar e analisar ações do projeto de extensão “Sociologia, Juventude e Cidadania”, registrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) desde fins de 2017. Seu objetivo tem consistido em levar discussões relacionadas ao currículo de Sociologia, e transversais a este, para serem debatidas em colégios da rede pública estadual distribuídos pelo estado do Rio de Janeiro, com o intuito de contribuir, majoritariamente junto ao público jovem, no pensamento crítico e na formação cidadã de estudantes do ensino médio (BRASIL, 2006), prestigiando as diversas juventudes presentes na escola (BRASIL, 2018). Para tal, buscamos parcerias internas no âmbito da UERJ, com profissionais das diversas áreas, contribuindo interdisciplinarmente; e parcerias externas voltadas a este tipo de reflexão/formação junto ao público jovem.

A perspectiva extensionista desta iniciativa se articula com o campo do ensino, outro pilar acadêmico importante desenvolvido pelo CAP-UERJ, instituto de origem do projeto, estimulando a participação de estudantes de Licenciatura em Ciências Sociais da UERJ, estagiários ou não do projeto, tanto na observação das atividades nas escolas quanto na organização e na realização de muitas delas. As palestras realizadas no segundo semestre de 2019 sobre o sistema de cotas da UERJ ilustram esta participação. Nelas, sempre com a presença ativa dos licenciandos, apresentamos as condições pedagógicas e estruturais da universidade para jovens de camadas populares, que almejam o ingresso no ensino superior. A UERJ é apresentada pelo seu caráter plural em um contexto de histórica desigualdade sócio-racial do estado fluminense. Neste ano de 2022, em que a política de cotas da

universidade completa vinte anos, retomamos esta discussão em escolas estaduais e já planejamos dois debates no *campus* Maracanã, em novembro, com estudantes de escolas parceiras durante um evento anual chamado “UERJ sem MUROS”.

Inspirando-se em Paulo Freire (1993), as ações do projeto partem do pressuposto de que a Sociologia pode auxiliar na emancipação do indivíduo superando o viés tradicional e somente conteudista da prática disciplinar, desenvolvendo atividades lúdicas, como as oportunizadas em oficinas e rodas de conversa, e que levem em conta a perspectiva cotidiana dos estudantes. Inspirando-se no patrono da educação brasileira, Paulo Freire, Frago e Escolano (2001) salientam que o ambiente escolar deve ser um espaço em que se acolham as diferenças, os questionamentos, as dúvidas e os saberes, objetivos que temos procurado estimular em nossa prática extensionista.

Em termos de dados foram realizadas 14 atividades em 2018, ano em que efetivamente começamos a ida às escolas. Já em 2019 desenvolvemos 17 atividades. No total foram 31 ações em 18 escolas distintas da rede estadual. As cidades envolvidas e a quantidade de intervenções foram: Rio de Janeiro (21), Petrópolis (3), Duque de Caxias (4), São Gonçalo (1), Niterói (1), Paty do Alferes (1). A partir destas iniciativas, dividimos nossa atuação em 6 áreas temáticas: 1) Contra todas as formas de discriminação; 2) Combate às *Fake News*; 3) Gênero, Indústria Cultural e Violência Doméstica; 4) Cidadania, Política e Direitos Humanos; 5) A importância do meio ambiente e da reciclagem; 6) O sistema de cotas da UERJ e a perspectiva de mobilidade de jovens de origem popular.

Frente à pandemia e ao contexto remoto, o projeto passou, desde 2020, a realizar *lives* em colégios estaduais e pré-vestibulares comunitários, ampliando o escopo de atuação. Também criamos o perfil @sociologiajovem no Instagram, desenvolvendo postagens para estudantes da educação básica, licenciandos em Ciências Sociais e professores de Sociologia, como: *Fake News*; Racismo; Cotas Universitárias; Sistema Único de Saúde (SUS); *Cyberbullying*, Eleições; Violência contra a mulher; A importância da vacina; Eleições e a Urna Eletrônica; Negacionismo e Orientações para o ENEM.

Com a retomada das atividades presenciais face ao enfraquecimento da pandemia, restabelecemos à ida às escolas, até agora com foco no município do Rio

de Janeiro, sem prescindirmos das modalidades remotas que acrescentamos ao projeto. Até setembro de 2022 realizamos 8 atividades, em 3 escolas estaduais, e um pré-vestibular comunitário situado na Mangueira, tendo outras marcadas até o fim do ano. Os temas têm envolvido a atual conjuntura político-econômica do país, o papel do jovem frente à conjuntura política e às perspectivas universitárias oferecidas pelo sistema de cotas da UERJ. Um episódio de *podcast* sobre as eleições de 2022, versando sobre a importância da democracia e explicando os cargos para os quais iremos votar, também foi produzido visando, principalmente, o público jovem que participará do pleito pela primeira vez.

Do ponto de vista dos estudantes da educação básica, percebemos que as atividades geram participação, curiosidade e interesse, não apenas sobre o tema desenvolvido quanto sobre a universidade em si. O fato de procurarmos ações distintas das aulas tradicionais tem surtido efeito positivo no envolvimento discente, o que é constatado pelos depoimentos após as atividades e pelos relatos dos professores das escolas. Já os estudantes da licenciatura consideram as iniciativas uma boa oportunidade de diversificar o conhecimento sobre a realidade escolar pública, além da satisfação de passarem suas experiências para os estudantes dos colégios visitados em momentos de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na licenciatura.

Os tempos atuais exigem importantes intervenções de cunho democrático e plural na educação. Assim sendo, faz-se necessário investirmos em debates que pautem a afirmação e a valorização dos direitos humanos e da cidadania, tanto voltados para os estudantes da educação básica quanto para a formação docente.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018. Disponível em: <[http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC EI EF 110518 versaofinal site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2022.

BRASIL. **Ministério da Educação. Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Ciências Humanas e suas Tecnologias. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília, DF, 2006. Disponível em:

<[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)>. Acesso em: 08 set. 2022.

FRAGO, Antônio Viñao; ESCOLANO, Agustín. **Currículo, espaço e subjetividade:** a arquitetura como programa. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança:** Um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

## **DISCURSOS PEDAGÓGICOS EMANCIPATÓRIOS E TEMÁTICAS PÓS-ABISSAIS NAS MÚSICAS DE RACIONAIS MC'S**

---

**Emykson Suevy Ribeiro Silva**  
Universidade Do Estado Rio Grande Do Norte

As pedagogias pós-abissais (SANTOS, 2018) estão ancoradas nas experiências de resistência de diversos grupos sociais que foram vítimas do epistemícidio cognitivo e social. As Pedagogias Pós-abissais associadas às epistemologias do Sul e as práticas educacionais emancipatórias promovem a expressão de mundo e os saberes daqueles que foram historicamente subjugados à opressão social. Tratam-se de saberes nascidos nas lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado.

Ao educador compete a missão de fazer o transporte, educar o oprimido para uma Pedagogia emancipatória, a partir da valorização dos diferentes conhecimentos e sujeitos do conhecimento, suas mensagens e práticas libertárias.

O que se entende do pensamento abissal, firma-se em torno da natureza do conhecimento humano científico moderno, que denota um caráter violento e excludente, definido, principalmente, por meio da ciência e das normativas jurídicas, resultando em formas de saber e de poder que violam os direitos humanos que deveriam ser, em suma, inalienáveis, na medida em que desconsideram qualquer perspectiva de vida, criando abismos estruturais entre culturas, sociedades, e pedagogias educacionais, a fim de produzir conhecimento (SILVA, 2017).

Segundo Santos (2007), o pensamento pós-abissal parte do reconhecimento de que a exclusão social, na sua perspectiva complexa, resulta em diferentes características conforme é determinada por vertentes abissais ou não abissais e que, enquanto a exclusão abissalmente unilateral delimitada não for superada, não será possível qualquer alternativa pós-capitalista progressista. Existem ferramentas e metodologias que facilitam

o entendimento e a discussão do pensamento pós-abissal, sendo uma delas a música.

A música é indiscutivelmente uma das expressões artísticas mais envolvidas nos aspectos históricos e culturais de seu tempo. Uma linguagem universal que estimula respostas emocionais e impulsiona a criatividade, sendo um pilar fundamental das práticas artísticas, políticas e pedagógicas, impactando positivamente a aprendizagem e auxiliando no desenvolvimento de habilidades sociais, que fornecem uma saída para a criatividade.

Para Cristiano Bodart (2021), as músicas podem fazer parte do planejamento da aula e integram o processo de ensino-aprendizagem. Afirma que a música pode ser usada pelo professor para diferentes objetivos, entre eles, introduzir temas, ilustrar conteúdos, “marcar” conteúdos e contextualizar temas. Assim, a música pode ser facilmente incorporada às práticas pedagógicas pós-abissais e atuar para que os jovens possam se reconhecer no processo de produção do saber.

Na virada para os anos 1990, os Racionais MC's ascenderam de maneira cataclísmica como um dos mais importantes acontecimentos da cultura brasileira, estruturados sob um alicerce de inquietação crítica, em que sua radicalidade e seu senso de justiça, ajudaram a desenvolver um espaço discursivo em que os cidadãos periféricos puderam apropriar-se de sua imagem construindo uma voz singular, com a ótica de conjecturar e dar testemunhos de convivência com a pobreza no Brasil, vistos muitas vezes como um grupo que promulgou um código de conduta ética e educacional, baseada no cotidiano real do indivíduo (OLIVEIRA, 2018).

Este trabalho trata de uma pesquisa bibliográfica, em que se estabelecem concepções, interpretações e uma análise correlativa entre as músicas dos Racionais Mc's e leituras sobre a importância da música enquanto ferramenta didática para o ensino de Sociologia e as pedagogias emancipatórias e pós-abissais.

A compreensão e interpretação da realidade são pressupostos importantes para concepção do desenvolvimento de pedagogias educacionais. Além disso, a música pode ser um material didático capaz de conceber a narrativa de indivíduos que se encontram em situação de vulnerabilidade tem

mais dificuldade no aprendizado e enfrentam mais obstáculos no ensino. No caso da utilização das músicas do grupo musical em análise, transfigura-se em uma ferramenta facilitadora para a exposição do tema da desigualdade e da injustiça social:

Crianças vão nascendo/ Em condições bem precárias/ se desenvolvendo sem a paz necessária/ São filhos de pais sofridos/ E por esse mesmo motivo/ Nível de informação é um tanto reduzido.  
(Racistas Otários, 1990).

O trecho acima foi retirado da música “Racistas Otários” do primeiro álbum de Racionais, “Holocausto Urbano” de 1990, os versos expõem a realidade de muitos brasileiros advindos de um contexto social estrutural da invisibilidade, criminalização da pobreza, racismo e colonialismo.

Nas músicas do grupo, as letras carregam em sua estrutura a importância de uma narrativa pedagógica emancipatória, que tem como princípio a libertação dos oprimidos frente aos opressores, a partir da consolidação das relações sociais, questionamentos sobre o ser social, que transforma um ser passivo e dominado em um indivíduo crítico-reflexivo, em busca de uma crítica que transforma sua realidade e a realidade da comunidade onde ele está inserido. No âmbito da educação, tal perspectiva contextual pode ser relacionada com as teorias Freireanas, o autor descreve situação semelhante em seu livro *Pedagogia do oprimido*, quando aborda a libertação social do sujeito oprimido.

De modo conclusivo, percebe-se a necessidade de descentralização do pensamento, a fim de desenvolver outros modos de pensar, levando em consideração todas as realidades existentes no mundo pós-abissal, pensar outras práticas educativas que potencializam novas abordagens educativas, a partir da experiência emancipatória, em que a música torna-se um instrumento pedagógico eficiente para envolver cada discente e fornecer um caminho para conexões, compreensões profundas e interpessoais.

Uma vez que a expressão artística mostra-se como uma metodologia integradora para a juventude, podendo ser utilizada no ensino básico como forma de introdução a temáticas transversais, bem como no ensino superior como texto discursivo.

Este trabalho pretende ampliar o escopo de leituras das músicas dos Racionais e apresentar com maior acurácia as temáticas mais recorrentes, quando desenvolvido na forma de comunicação oral e artigo científico.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BODART, Cristiano das Neves. **Usos de canções no ensino de Sociologia**. Maceió: Editora Café com Sociologia, 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

MANO BROW. **Racistas Otários**. São paulo: Zimbabwe, 1990, LP (5:46).

MANO BROW. **Um Homem na Estrada**. São paulo: Zimbabwe Records, 1993, LP (8:41)

OLIVEIRA, Acauam Silvério de. **Sobrevivendo no Inferno**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

OLIVEIRA, Rafaela Reis Azevedo de; ESTEVES, Thiago de Jesus (orgs.). **Metodologias Ativas de Aprendizagem no ensino de Sociologia**. Londrina: Engenho das Letras, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para uma pedagogia do conflito**. In Silva, L. H. da et al. Porto Alegre: Editora Sulina s/d (Novos Mapas Culturais, Novas Perspectivas Educacionais).

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pedagogias Pós-Abissais**. In: O Fim do Império Cognitivo. Coimbra, Almedina, 2018.

SILVA, Maria do Socorro Borges da. **Entre As Linhas Abissais Do Pensamento e da Formação: Pensando Práticas de Educar em Direitos Humanos que atravesse o Muro das Violências e das Exclusões**. Revista do Programa de Pós- Graduação em Educação: UFPI, Teresina, v. 36, p. 104-122, jul. 2017

## **FRATURAS NA ESCOLARIZAÇÃO: regras de compassamento e sequenciamento no ensino de Sociologia**

---

**Edijerfeson Feitosa Santos**  
Universidade Federal de Sergipe

**Ivan Fontes Barbosa**  
Universidade Federal de Sergipe

A presente comunicação apresenta os resultados da pesquisa desenvolvida em uma Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) no período 2020-2021, na Universidade Federal de Sergipe (UFS), e que teve como recorte a investigação das regras de compassamento/sequenciamento presentes no ensino de Sociologia nas escolas públicas brasileiras, com vistas a identificar como as relações de respeito/autoridade operadas na transmissão e na recepção dos conteúdos impacta e/ou colabora para a manutenção de certas lacunas na aprendizagem desse componente.

A tarefa deste trabalho consistiu na análise de uma das regras do dispositivo pedagógico – hierárquicas, compassamento e avaliação – no sentido de testar a validade das premissas de Basil Bernstein para entendermos os êxitos e as fragilidades operados no ensino das Ciências Sociais na escola pública sergipana. Enquanto transportadora de cultura e de suas relações de poder, as práticas pedagógicas operadas sob os auspícios do dispositivo pedagógico delimitam: (I) formas de conduta que estabelecem as condições para a ordem, o caráter e os modos do comportamento (hierárquicas); (II) etapas e velocidade esperada de aquisição do conhecimento oferecido em um dado espaço de tempo; (III) os critérios e juízos que se espera que o adquirente assuma e aplique às suas práticas e as dos outros (avaliação) (BERNSTEIN, 1996).

Em função dos limites impostos pela pandemia de Covid-19, a metodologia utilizada se centrou na pesquisa bibliográfica e documental através de domínios eletrônicos, repositórios e plataformas, e na aplicação de formulário eletrônico (Google Forms) para os corpos discente e docente do ensino médio, que estão lotados no estado de Sergipe. Esses questionários, viabilizados aos agentes dos grupos focais, buscaram apreender informações inerentes e específicas ao papel funcional de ambos no cenário do ensino de Sociologia e suas relações e dinâmicas estruturais

presentes na sala de aula. Investigamos, também, os registros encontrados no site oficial da Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura (Seduc) do Governo de Sergipe, formalizados nesse formato devido à pandemia de Covid-19, por conta de medidas sanitárias e de biossegurança (como distanciamento social) para evitar o seu contágio, não possibilitando nesse período o registro físico em diários e arquivamento presencial. Os roteiros de entrevista, através da modalidade formulário eletrônico, foram aplicados separadamente para os professores e para os alunos, sem distinção de instituição ou instância de ensino. Em questão de alcance quantitativo, o formulário direcionado aos professores não foi satisfatório, evidentemente. Em termos estatísticos, apenas 05 profissionais (03 na instância pública, 01 na particular e 01 em ambas) colaboraram no registro das respostas dos questionamentos que lhes foram feitos. Em relação aos alunos, foram 24 participantes; todos da instância pública.

A respeito do planejamento e a distribuição de conteúdo da disciplina de Sociologia, os professores apresentam informações divergentes, correspondendo, muitas vezes, com a dinâmica da instituição de ensino em que lecionam. Nas explicações dadas, encontramos a justificativa do compassamento/sequenciamento disciplinar na BNCC, nos sistemas e materiais de ensino adotados pela política da escola (de modo mais evidente, na instância particular), chegando a ser parcial ou até mesmo totalmente dependente destes, a sequência didática. O planejamento também acontece em face das três séries que compõem o ensino médio e, muitas vezes, não contempla inicialmente, em algumas instituições, a contribuição do professor. Julgando-se as inconstâncias e devidas condições conjunturais, o professor busca fazer adaptações e intervenções que ele acredita serem válidas e de maior relevância no processo de ensino-aprendizagem.

Para a construção do planejamento, os professores afirmaram enfatizarem opções com maior flexibilidade na execução do planejamento com projetos e conteúdos voltados à realidade social, às ocorrências do cotidiano, da região escolar e, inclusive, dos próprios estudantes. Os temas abordados contemplam diversos cunhos de discussões e reflexões, como política, raça, igualdade, violência em todas as suas instâncias, direitos e garantias fundamentais, respeito, educação ambiental e inclusiva, entre outros. Outra questão levada em consideração, e de certa forma a

que concede uma maior notoriedade e importância à disciplina, é o Enem; abordando pragmaticamente temáticas voltadas para a redação exigida no referido exame. Uma outra fase de planejamento é levar em consideração uma continuidade disciplinar de abordagem, tendo em vista as três séries integrantes do nível médio.

Ao tratar de quais atividades são incorporadas no planejamento, os docentes colaboradores elencam projetos de pesquisa, estruturação de artigos, embates discursivos, seminários, atividades propriamente ditas, atividades em conjunto com outras áreas do conhecimento, rodas de debate com convidados, elaboração de pesquisas, pesquisas de campo (quando tem algum projeto), aulas dialógicas com filmes; leituras; trabalhos de pesquisa. A aplicação de tais atividades dependem também da dinâmica de cada turma ou o que vier a influenciar o processo. Já em relação às atividades que costumam ser feitas, são alegadas nas respostas estudo dirigido, pesquisa *in loco*, construção em espaço virtual, cartazes, apresentações, seminários, produção e exibição de vídeos, atividades interdisciplinares, rodas de diálogos, pesquisas e levantamentos de dados, produções dissertativo-argumentativas, leituras, fichamentos, produções textuais, debates temáticos com a mediação de outros materiais, como músicas e filmes.

Sobre as principais dificuldades e os maiores desafios no planejamento e na distribuição da disciplina de Sociologia, os profissionais apresentam questões relacionadas à disposição à leitura, à deficiência no processo de leitura e à interpretação de texto, bem como leitura de imagens, vídeos e afins; falta de materiais (a exemplo de um dos docentes que leciona em escola rural, que elege esse ponto como um dos maiores problemas na unidade), o tempo e a cobrança para centralizar no planejamento do sistema adotado (um outro docente afirma que são 50 minutos por semana e que, na prática, isso vira 35-40 minutos). Com isso, ele entende que os professores são forçados institucionalmente a centrarem nas questões e nos conteúdos mais cobrados no Enem, por conta da curta carga horária da disciplina.

A respeito se conseguem cumprir todo o programa direcionado para o ano escolar, apesar dos desafios e das dificuldades iminentes, eles apresentam respostas bem divididas. Um deles afirma diretamente que não. Os demais apresentam que sim, mas apontam ressalvas para isso. Eles atestam que, se optar pela qualidade, é praticamente impossível, mesmo com todo esforço, pois sempre ficará algo sem ser

abordado em sala de aula; dependendo também da série e da dinâmica da turma. Um dos professores argumenta que, no início da sua trajetória, ele não conseguia, mas com o passar dos anos e da experiência adquirida conseguiu alcançar o mais próximo do desejado; o que o fez entender – segundo suas próprias palavras – que “o planejamento é um norteamento e não uma ‘camisa de força’”.

Sobre se seguem à risca o programa da disciplina da forma que orientam os órgãos e setores competentes, a resposta é quase unânime negativamente. Os docentes atestam, inclusive, o protagonismo da autonomia do profissional nesse processo e a necessidade de articulação da fundamentação do programa de conteúdo em conceitos, teorias e temas e os ditames dos órgãos e setores referidos, tendo em vista a adaptabilidade do ensino. Quanto ao cumprimento da carga horária, a maioria dos professores – quase unânime também – respondem positivamente, com objeção apenas de um deles que relata não conseguir. Relatam também priorizar mais assuntos e questões de revisões para o Enem, usando do diálogo com a disciplina de Redação, para assim, darem maior substância sociológica aos temas abordados para a escrita das redações, tendo também disponibilizado horário extra para os alunos tirarem dúvidas. Ocorre também um vínculo das atividades planejadas dentro da disciplina para com outros trabalhos mais amplos que envolvem toda a escola, como projetos de gincanas culturais, seminários, entre outros.

### **Referências Bibliográficas**

BERNSTEIN, Basil. A estruturação do discurso pedagógico. In: BERNSTEIN, Basil. **Classes, Códigos e Controle**. Ed.4, Petrópolis. Editora Vozes. 1996.

BODART, Cristiano das Neves. Prática de Ensino de Sociologia: As Dificuldades dos Professores Alagoanos. **Mediações**, v.23, n.2. Mai/Agos, 2018. Disponível em: <https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/30442>. Acesso em: 05 nov. 2020.

DECESARE, Michael. 95 Anos de Ensino de Sociologia no Ensino Médio. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 113-137, jan./mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/8bVSPZ3Y6fdDJNtrnHnBjXL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DE OLIVEIRA, A. P. Ensino de Sociologia: desafios epistemológicos para o Ensino Médio. **Revista Espaço Acadêmico**, 10(119), 115-121. Abr, 2011. Disponível em:

<https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/11758>.

Acesso em: 10 dez. 2020.

EUGENIO, Benedito. Práticas curriculares em uma escola de ensino médio no estado da Bahia. **Educação**, v. 42, n. 1, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/21950>. Acesso em: 30 nov. 2020.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. **Nossas escolas**. Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura, 2020. Disponível em: <https://seduc.se.gov.br/redeEstadual/escolas-rede.asp>. Acesso em: 15 jun. 2021.

GOVERNO FEDERAL. Ministério da Educação, 2021. A base. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>. Acesso em: 16 jun. 2021.

MAINARDES, Jefferson; STREMEL, Silvana. A teoria de Basil Bernstein e algumas de suas contribuições para as pesquisas sobre políticas educacionais e curriculares. **Revista Teias**. vol.11, n.22, p 31-54. mai/agos, 2010.

MEUCCI, Simone. Sociologia na educação básica no Brasil: um balanço da experiência remota e recente. **Dossiê: Ensino de Sociologia na Educação Básica – ENESEB2015**. Unissinos. v. 51 n. 3. set/dez, 2015. Disponível em: [http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02](http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.02). Acesso em: 15 nov. 2020.

PEREIRA, Luiza Helena. Sociologia: a arte da ruptura, da construção e da explicação. **Dossiê: Ensino de Sociologia na Educação Básica – ENESEB2015**. Unissinos. v. 51 n. 3. set/dez, 2015. Disponível em: [http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2015.51.3.01](http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.01). Acesso em: 15 nov. 2020.

PEREIRA, Thiago Ingrassia. Disputas curriculares: o que ensinar de sociologia no ensino médio?. **Dossiê: Ensino de Sociologia na Educação Básica – ENESEB2015**. Unissinos. v. 51 n. 3. set/dez, 2015. Disponível em: [http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias\\_sociais/article/view/csu.2015.51.3.03](http://revistas.unissinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.03). Acesso em: 15 nov.2020.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1287-1302. Set/dez, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/GshnGtmcY9NPBfsPR5HbfjG/?lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2020.

## **JUVENTUDE E PROTAGONISMO SOCIAL: aplicação de oficinas formativas para integrantes de um Grêmio Estudantil**

**Jammerson Gomes Soares**  
Universidade Federal de Campina Grande

**Maria de Assunção Lima de Paulo**  
Universidade Federal de Campina Grande

Falar sobre protagonismo juvenil, mediante o entendimento de que ele é um exercício de participação política e inserção na vida democrática, é um tema de grande relevância não somente no ensino de Sociologia, mas em toda discussão das Ciências Humanas. Na BNCC (2018), o termo protagonismo está intrinsecamente ligado à necessidade do fomento de uma educação que se proponha a contribuir para a autonomia pessoal, intelectual, profissional e política dos jovens. Nas novas diretrizes curriculares do estado da Paraíba, foi implementada a partir do ano de 2022, a disciplina de “Protagonismo Juvenil”, que tem como objetivo ser um apoio aos jovens na passagem da “heteronomia da infância e adolescência, até a autonomia da vida adulta, atuando em nossas ações estudantis, fortalecendo os processos de desenvolvimento do protagonismo autêntico” (PARAÍBA, 2022, p. 4). Essa disciplina deve ser ministrada a partir de um material que foi elaborado pela Secretaria de Educação da Paraíba, tendo como uma das tarefas a criação de um grêmio estudantil na escola. Preocupados com a forma como esse conceito de protagonismo vem sendo apropriado pelo modelo de escolas cidadãs no Estado paraibano, que em seu discurso fala de um jovem competente e autônomo que busca o seu projeto de vida em que a noção de coletividade é muitas vezes deixada de lado, nos propomos a contribuir para a discussão e a organização do grêmio estudantil.

Uma das formas dos jovens estudantes participarem ativamente do cotidiano escolar e amadurecerem enquanto cidadãos com consciência política é por meio do grêmio estudantil, que é a organização que representa os interesses dos discentes na escola.

O grêmio “permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade” (CARA, p. 5). O grêmio estudantil também possibilita aos estudantes o

desenvolvimento do senso crítico, capacita-os a serem criativos e forma indivíduos participativos. Também os incita a ter responsabilidade política e lutar ativamente por seus direitos, desenvolver capacidade de negociação, entender de participação política e da organização social da escola, da educação e da sociedade, assim como exercer seu poder através da ação política.

Os jovens são levados a pensar e agir não somente no contexto da sala de aula, mas em relação a todo o espaço escolar e para além dessa realidade, podendo trazer benefícios para a comunidade em que a escola está inserida. Diante do aqui exposto, fica evidente a necessidade de se trabalhar, de maneira mais exaustiva junto aos estudantes que integram o grêmio estudantil, oficinas formativas que possibilitem uma atuação protagonista mais efetiva, relacionada às ações políticas e à participação democrática no cotidiano escolar. Mesmo considerando que o protagonismo é ação que deve partir da organização do próprio grupo, consideramos que a formação política, a partir das demandas oriundas desses estudantes, é um importante meio para fortalecer essa participação.

Como objetivo geral, esta pesquisa, que está em produção como um projeto de intervenção para a conclusão do Mestrado Profissional em Sociologia (ProfSocio), tem como finalidade aplicar oficinas formativas a partir da realidade escolar. A intervenção acontecerá na Escola Cidadã Integral Técnica Estadual Daura Santiago Rangel, localizada em João Pessoa - PB, para os integrantes do grêmio estudantil, como uma ferramenta para um protagonismo crítico entre os estudantes. As oficinas formativas contribuirão para fazer com que os estudantes se conectem com a sua realidade.

A metodologia das oficinas será através de debates e de uma relação dialógica entre os jovens, tendo como referência a obra *Pedagogia da Autonomia* de Freire (1996), a partir dos temas que foram por eles propostos por meio de um questionário aplicado e em uma roda de diálogo. Os temas levantados e mais citados pelos estudantes que compõem o Grêmio Estudantil e que serão trabalhados junto a eles por meio das oficinas, foram “cidadania e direitos dos estudantes secundaristas”; “saúde física e mental dos jovens”; “como solucionar os problemas da comunidade em que a escola está inserida”.

Na primeira oficina, o diálogo com os estudantes será em torno de compreender a quais instâncias procurar para resolução de problemáticas na escola, discutir a importância dos movimentos sociais estudantis como um instrumento de mobilizar os jovens para requererem seus direitos e desenvolverem ações por meio de ofícios e protestos coletivos, junto aos órgãos superiores responsáveis por viabilizar melhores condições físicas e acadêmicas da escola.

Buscando focar na interdisciplinaridade procuramos articular com as linguagens, para, junto com o professor de Língua Portuguesa, elaborar em conjunto com os estudantes textos oficiais para a comunicação com instâncias burocráticas. A segunda oficina compreenderá em uma discussão acerca dos principais fatores que tem afetado a saúde física e mental dos estudantes, como espírito de competitividade, individualidade, autocobrança excessiva, autoajuda desprovida de senso de coletividade, meritocracia, entre outras questões, temas que estão diretamente relacionados a políticas neoliberais que adentraram o cenário educacional brasileiro, discussão esta que debatemos a partir de autores como Laval (2004) e Spring (2018). Na terceira oficina, buscaremos debater e dialogar sobre as soluções para demandas da comunidade da qual a escola faz parte, discutindo a relação entre escola e comunidade, e como enfrentar os mais variados problemas sociais.

Buscaremos abordar a relação escola/comunidade, ampliando o conceito de participação e do papel das escolas e, por conseguinte, dos grêmios estudantis. Sendo essas oficinas aplicadas de acordo com os interesses dos estudantes, podemos afirmar que eles irão dinamizar seu mundo, dominar e humanizar a realidade, como declara Paulo Freire (1967), sentindo-se participantes de seu cotidiano enquanto sujeitos históricos e autênticos protagonistas sociais.

Freire (1967) também afirma a necessidade de uma permanente atitude crítica, único modo pelo qual o homem realizará sua vocação natural de integrar-se, superando a atitude do simples ajustamento ou acomodação, apreendendo temas e tarefas de sua época. Um protagonismo passivo ou manipulado é o que deve ser combatido, os estudantes precisam se apropriar de todos os recursos necessários para se apresentarem em seus contextos de vida, como indivíduos críticos e politicamente participativos.

Passando os estudantes do grêmio estudantil por esse processo de formação, eles terão a capacidade de mobilizar os demais estudantes da escola para empreenderem ações que possibilitem o bem comum dos partícipes da comunidade escolar em questão, contribuindo assim para a construção cidadã de jovens protagonistas que pensam na coletividade e forjam os seus projetos de vida de maneira empática e solidária. Vale ressaltar a contribuição importantíssima da disciplina e do professor de Sociologia na discussão dessas temáticas, sendo as Ciências Sociais um campo do saber que tem por finalidade ampliar a percepção crítica dos sujeitos acerca da realidade e promover uma conscientização política mais madura para aqueles que se debruçam em seu arcabouço teórico.

### **Referências Bibliográficas**

- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional Comum Curricular**. Documento homologado pela Portaria nº 1.570. Brasília: Ministério da Educação, 2018.
- CARA, Daniel. **Caderno Grêmio em Forma**. São Paulo: Instituto Sou da Paz.
- CARLOS, A. G. **Grêmio estudantil e participação do estudante**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.
- CURY, Carlos A. Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPAE**, v. 23, n. 03, set-dez/2007.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, out. 2007.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GROPPO, Luís Antonio. Dialética das juventudes modernas e contemporâneas. **Revista de Educação do Cogeime**. Ano 13, nº 25, p. (9-22), Dezembro, 2004.
- GROPPO, Luís Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Revista Última Década**. CIDPA VALPARAISO, nº 33, p. (11-26), dezembro, 2010.

KLEIN, Bianca Larissa. **Protagonismo juvenil e cidadania: uma proposta pedagógica burguesa**. 2004. 128 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Paraná, 2004.

LAVAL, Christian. **A Escola não é uma empresa**. O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Editora Planta, 2004.

PARAÍBA, Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da. **Sequências Didáticas do Componente Curricular Protagonismo Juvenil**. João Pessoa, PB: Comissão Executiva de Educação Integral, 2022.

SOUZA, Regina Magalhães de. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 351 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, Regina Magalhães de. O conceito de protagonismo juvenil. *In*: ESPINDULA, Brenda. (Org.). **Protagonismo da juventude brasileira: teoria e memória**. São Pulo, SP: IAC; CEMJ, 2009.

SPOSITO, M P. Juventude: crise, identidade e escola. *In*: **Múltiplos Olhares sobre a Educação e Cultura** [S.l: s.n.], 1996.

SPRING, Joel. **Como as corporações globais querem usar as escolas para moldar o homem para o mercado**. Campinas, SP: Vide Editorial, 2018.

STAMATO, Maria Izabel Calil. **Protagonismo Juvenil: um conceito em revisão**. *In*: ESPINDULA, Brenda. (Org.). **Protagonismo da juventude brasileira: teoria e memória**. São Pulo, SP: IAC; CEMJ, 2009.

## **JUVENTUDE(S) EM DEBATE: o estatuto da juventude entre teoria prática em uma experiência de extensão**

---

**Jussara Natália M. Belens de Melo**  
Universidade Estadual da Paraíba

**Kiuwre Freitas Silva**  
Universidade Estadual da Paraíba

**Samara Beatris da Costa Silva**  
Universidade Estadual da Paraíba

O presente texto apresenta um recorte das ações extensionistas do projeto de extensão “Juventudes em Debate”, realizadas no ano de 2022, abordando as experiências de uma das oficinas pedagógicas “Sociologizando o Estatuto da Juventude” realizada em uma escola pública na cidade de Campina Grande - PB, considerando jovens “as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade” (BRASIL, 2013). O Estatuto da Juventude (2013) apresenta os direitos e os deveres das juventudes, sendo um documento importante para possibilitar o exercício da cidadania juvenil. Compreendemos que as juventudes não são um todo homogêneo, tendo em vista que “hoje já é lugar comum falar em ‘juventudes’, no plural” (NOVAES, 2007), pois a categoria juventude de forma plural amplia e complexifica o debate das juventudes como percurso, atentando para as múltiplas formas de se viver a juventude e sua construção subjetiva, sobretudo nas múltiplas experiências juvenis.

Para a realização desse relato de experiência, usamos como instrumento metodológico a pesquisa participante por entender a sua contribuição na formação do conhecimento científico e a participação ativa dos autores dessa narrativa na realização da ação extensionista realizada com jovens estudantes do ensino médio de uma escola pública da cidade de Campina Grande - PB; “inserindo o pesquisador no universo de sociabilidade específico que enxergue a constituição subjetiva dos sujeitos da pesquisa”. (FAERMANN, 2014). Fizemos uso também da resposta a uma das perguntas feitas à professora de Sociologia.

O objetivo da oficina foi refletir sobre a Lei nº 12.852/2013, abordando sobre “Os Direitos e Garantias Fundamentais”, especificamente o capítulo II “Dos Direitos Sociais” das Juventudes (2013); apresentando através de *slides* em PowerPoint leis e artigos que por meio de perguntas levantadas pelos monitores as discussões foram

fluindo. Desse modo, o que observou-se na prática extensionista foi que o Estatuto da Juventude é um instrumento jurídico desconhecido pelos sujeitos sociais daquela realidade escolar.

Contudo, a parceria entre universidade e escola, mediante a participação da professora de Sociologia da educação básica como colaboradora do projeto de extensão “Juventudes em Debate” (2022), tomando conhecimento do Estatuto da Juventude ao participar do planejamento da oficina pedagógica, trabalhou o documento na aula de Sociologia, participando também da oficina pedagógica realizada pelos monitores e a coordenadora do projeto. Indagada sobre a importância do estatuto da juventude para a formação cidadã das juventudes na contemporaneidade, a professora de Sociologia afirma que: “O conhecimento do estatuto da juventude é imprescindível para uma formação crítica-cidadã, pois este traz em seu bojo os direitos que os jovens têm, para que possam ser exercidos e reivindicados para a garantia da inserção destes na vida política e social” (PROFESSORA DE SOCIOLOGIA, 2022). Desse modo, o projeto de extensão “Juventudes em Debate” possibilitou a aproximação entre escola e universidade, apresentando o Estatuto da Juventude para os monitores da extensão, para a professora de Sociologia e para os alunos da educação básica, como instrumento formativo para o exercício da cidadania juvenil.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. **Estatuto da Juventude**. Brasília: Presidência da República, 2013. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 23 out. 2022.

FAERMANN, Lindamar Alves. A pesquisa participante: suas contribuições no âmbito das ciências sociais. **Revista Ciências Humanas**, v. 7, n. 1, 2014.

GREGORI, Juciane. de; VERONESE, Claudia. **Juventudes, violências e interseccionalidades no brasil: reflexões a partir do estatuto da juventude**. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, [S. l.], v. 7, n. 1, p. 71–82, 2018. DOI: 10.17564/2316-3801.2018v7n1p71-82. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/4441>. Acesso em: 23 out. 2022.

NOVAES, Regina. Juventude e sociedade: jogos de espelhos, sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas. **Sociologia Especial: ciência e vida**, v. 1, n. 2, p. 6-15, 2007.

## **JUVENTUDES E CÍRCULOS DE DIÁLOGO NO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

---

**Cláudia Naiza da Costa Ferreira**  
Universidade Federal da Paraíba

Nossa proposta de intervenção pedagógica se dá por acreditar em uma educação transformadora, que visa à formação da juventude, não apenas através da transmissão de conhecimentos, mas também com a promoção e o fomento de valores que podem fortalecer a relação mútua entre indivíduo e sociedade. Partindo da compreensão de que a educação deve favorecer a comunicação e a sociabilidade entre as pessoas, de forma cognitiva e subjetiva, e que a Sociologia tem como finalidade despertar o sentido crítico dos jovens perante os desafios que se apresentam em seu cotidiano, buscaremos apontar uma proposta de ensino da Sociologia, tendo como foco, uma educação para a vida a partir dos conteúdos curriculares dessa disciplina, apresentando como recurso pedagógico as práticas de Círculos de Diálogos, possibilitando aos alunos a experiência de discutir temas relevantes do próprio conteúdo do ensino da Sociologia, indo ao encontro de uma educação transformadora, que fortaleça a consciência e o protagonismo dos jovens.

Conforme a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, “a Cultura de Paz está intrinsecamente relacionada à prevenção e à resolução não violenta dos conflitos. É uma cultura baseada em tolerância e solidariedade”. (UNESCO, 2010). Uma educação que preza pela cultura de paz, promove o respeito e a diversidade cultural; assim sendo, Pelizzoli conceitua que os Círculos de Diálogos são ferramentas da Cultura de Paz, que por meio de práticas dialógicas, intersubjetivas, e de mediação; esses círculos possibilitam a capacidade reflexiva, a inclusão, a alteridade e a empatia. (PELIZZOLI, 2014).

Esse projeto de intervenção é de caráter social, que trata da importância dos Círculos de Diálogos como recurso didático importante para aprofundar os temas trabalhados na disciplina de Sociologia; nosso método será a pesquisa-ação, tendo em vista a proposta de intervir e agir através da proposta dos círculos. Realizaremos o projeto de intervenção na Escola Cidadã Integral Francisca Ascensão Cunha, situada no município de João Pessoa - PB, com alunos do curso de Sociologia, do terceiro ano do ensino médio, abordando o tema cultura de paz e comunicação não

violenta. Como quadro teórico-metodológico apresentamos autores como Paulo Freire, Jürgen Habermas, Axel Honneth, Florestan Fernandes e Anthony Giddens, essenciais para a nossa compreensão sobre diálogo, reflexividade e entendimento mútuo. Sendo um conceito central da Teoria da Estruturação, formulada por Anthony Giddens, começamos a descrição do referencial teórico discorrendo em torno do conceito de Reflexividade.

Este projeto de intervenção busca respostas para as seguintes inquietações: será que os temas tratados em sala de aula e nos livros de ensino da Sociologia podem ser abordados de forma dialógica e participativa por meio dos Círculos de Diálogos? Será possível termos uma escola transformadora, que dá a voz aos jovens de falar sobre a realidade em que vivem suas necessidades a respeito do vasto conteúdo abordado dentro do ensino da Sociologia?

Nosso desafio é compreender o processo de ensino/aprendizagem dos alunos com a disciplina de Sociologia, inserindo os círculos de diálogos como recurso didático, por meio da comunicação empática e intersubjetiva, sendo ela, uma linguagem capaz de conectar atores de um discurso, em um espaço de experiências e vivências compartilhadas. Percebe-se que a importância do ensino da Sociologia, como disciplina reflexiva, envolve o pensamento ativo dos alunos, possibilita a inserção dos Círculos de Diálogos integrando os conteúdos apontados nos livros do ensino da Sociologia, do mesmo modo, inserindo uma proposta de educação transformadora, dialógica e de cultura de paz.

Consideramos que os Círculos de Diálogos representam uma proposta pedagógica que promove inclusão e favorece a discussão dos temas de Sociologia, assim como possibilita, através dos diálogos, a reflexividade, o agir comunicativo e o despertar dos jovens sobre a sua condição juvenil. Acreditamos que trabalhar com os Círculos de Diálogos é, não apenas, utilizar um recurso didático, mas também um método capaz de aprofundar os temas trabalhados nas aulas de Sociologia, possibilitando a conexão com o projeto de vida dos alunos, a empatia, a luta por reconhecimento e o protagonismo juvenil.

## Referências Bibliográficas

- BORDIEU, Pierre. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.
- DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**. Campinas/SP, v. 28, n. 100, p. 1105- 1128, out. 2007. <http://www.cedes.unicamp.br> em 14/05/2015.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**. n. 24, set./dez., 2003. <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>. Em: 22/01/2018v.
- ELIAS, Norbert, **Introdução à sociologia**. Reimp. Biblioteca Nacional de Portugal, 2008.
- ERAS, Lígia Wilhelms. **A produção de conhecimento recente sobre o ensino de sociologia/ciências sociais na educação básica no formato de livros coletâneas (2008-2013): sociologias e trajetórias**. Curitiba, 2014.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2007.
- GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (orgs). **Teoria Social Hoje**. São Paulo, Editora Unesp, 609 p., 1999.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo, Editora WMF Martins Fontes, 3ª ed., 458 p., 2009.
- GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo, UNESP, 177 p., 1991.
- GIDDENS, Anthony. **Novas regras do método sociológico: uma crítica positiva as sociologias interpretativas**. Gradiva: Lisboa, 1996.
- GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2008.
- GONDIM, Linda M. P; LIMA, Jacob Carlos Lima. **A pesquisa como artesanato intelectual: considerações sobre método e bom senso**. Edufscar: São Carlos, 2006.
- HABERMAS, Jürgen. **Pensamento Pós-Metafísico: estudos filosóficos**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.
- HABERMAS, Jürgen. **Verdade e justificação**. Edições Loyola. São Paulo, 2004.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo, 2003.

**IZQUIERDO, Jesus. A pesquisa como uma forma de representação do social. (Material de estudo para sala de aula. Sem data de publicação).**

PELIZZOLI, Marcelo. *Círculos de Diálogo: Base Restaurativa para a Justiça e os Direitos Humanos. In: SILVA, Eduardo F; GEDIEL, José A. P; TRAUCZYNSKI, Silvia C. (Orgs.). Direitos humanos e políticas públicas. Curitiba: Universidade Positivo, 2014.*

PRANIS, Kay. **Círculos de justiça Restaurativa e de construção de paz.** Rio Grande do Sul, 2011.

RABBANI, Martha J. *Educação e Paz: Resgatando nossas competências para fazer a paz. In: FERREIRA, Marcos Alan S. V; MASCHIETTO, Roberta Holanda; KUHLMANN, Paulo Roberto Loyolla. (Orgs.). Estudos para a paz: conceitos e debates. Ed. UFS: Sergipe, 2019.*

ROSENBERG, Marshall. **Comunicação Não-Violenta.** Técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. São Paulo, 2006.

UNESCO. **Cultura de paz:** da reflexão à ação; balanço da Década Internacional da Promoção da Cultura de Paz e Não Violência em Benefício das Crianças do Mundo. – Brasília/São Paulo: Associação Palas Athena, 2010.

## **JUVENTUDES E IDENTIDADES: qual é o sentido da escola pública?**

---

**Beatriz da Costa Gonçalves**  
Universidade Federal da Paraíba

**Geovânia da Silva Toscano**  
Universidade Federal da Paraíba

**João Pedro Sousa Pereira**  
Universidade Federal da Paraíba

**Jammerson Gomes Soares**  
Universidade Federal da Paraíba

**Maria Eduarda Araujo Pereira**  
Universidade Federal da Paraíba

Trata-se de um projeto de extensão denominado: Juventude, Escola e Universidade: passarela cidadã, que em sua quarta edição do PROBEX/UFPB, retomou as suas atividades em agosto de 2022, envolvendo o público jovem do ensino médio, estudantes universitários e professores. A parceria universidade e escola envolve as seguintes instituições: ECIT Daura Santiago Rangel e ECIT Papa Paulo VI, localizadas na cidade de João Pessoa - PB.

Neste projeto objetivamos promover a ampliação dos conhecimentos dos jovens escolares, levantando seus interesses temáticos para organizar e promover oficinas no intuito de explanar saberes referentes à assimilação de suas identidades, a compreensão da universidade como um bem público e a conscientização de seus direitos como cidadãos.

Como referencial teórico nos ancoramos na leitura do Edgar Morin (2000) no tocante às suas reflexões acerca de um novo paradigma educacional, mais condizente com as particularidades do século XXI, para dialogar com os jovens em torno das funções, sentido da escola e da educação em suas vidas. De agosto a outubro de 2022, realizamos as seguintes atividades: encontros formativos com a equipe, visita nas escolas parceiras para apresentar o projeto; iniciamos o planejamento da visita na UFPB e a realização da primeira oficina temática, que passaremos a relatar.

Compreendemos as juventudes como sujeitos de direitos, conforme o Estatuto da Juventude Lei nº 12.852/2013 e por meio de teoria-prática, que abordam as temáticas juventude, escola, educação, cidadania e universidade, visamos atuar e buscamos contribuir com a diminuição da distância entre os jovens e a universidade, além de ampliar os horizontes juvenis acerca do seu próprio papel e lugar na sociedade.

Nesta comunicação trazemos relatos da oficina realizada no dia 06 de outubro de 2022, na ECIT Daura Santiago Rangel, em parceria com o professor do componente curricular do pós-médio e os jovens do 3º ano do ensino médio. Na oficina denominada “Juventudes e Identidades: qual é o sentido da escola?”, objetivamos conhecer os jovens e como eles se sentem no ambiente escolar, bem como procuramos identificar seus interesses pelas diversas áreas do conhecimento.

Ancorados na perspectiva de juventude como sujeito social de Juarez Dayrell (2003), fizemos os seguintes questionamentos aos 31 jovens presentes: “Quem somos?”, “O que é ser jovem?”, “O que faz você permanecer na escola?” e “Qual é a área de conhecimento que você se identifica?”. Como principal orientação teórica-metodológica para a oficina, tivemos o pensador Paulo Freire (2002), cujas ideias das práticas educacionais são voltadas para uma perspectiva dialógica, horizontal.

A ideia era estabelecer uma relação dialógica com os jovens, destituindo-os da condição de apenas alunos, além de ouvi-los como jovens e sujeitos, reconhecendo-os, desta forma, nas suas múltiplas particularidades e idiossincrasias. No primeiro momento da oficina, realizamos a apresentação do projeto e dos membros da equipe por meio de um *slide*. Em seguida, como uma maneira de intermediar a discussão e gerar engajamento por parte dos participantes, utilizamos, em seguida, a música de Charlie Brown Jr e Negra Li – “Não é sério”. A partir dela, os mediadores conduziram a discussão em torno de duas questões principais: “O que é ser jovem para você?” e “Qual sentido/importância da escola na sua vida?” levando em consideração a noção de “juventudes”, no plural.

Neste sentido, buscamos contrastar as imagens de juventude difundidas socialmente com as imagens de juventude dos próprios jovens. Por fim, abrimos espaço para falarem sobre suas opções e preferências profissionais. Como resultados identificamos perspectivas que sinalizam a escassez de aulas e recursos na escola, como: a ausência de professores na área técnica e no componente do Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC), para que eles tenham orientação para finalizar o ano letivo. Sobre o que é “ser jovem”, dizem querer serem escutados pelo sistema e denunciam: o “sistema” não abraça as suas necessidades. Os jovens participantes foram do sexo feminino e do sexo masculino; com idades de 16 a 19 anos; indicaram 31 cursos distintos e os mais citados foram: Direito, Medicina, Psicologia e Educação Física.

É notório que os estudantes se interessam bastante por esportes, até em suas escolhas profissionais isso refletiu. Voltando para as questões dos sentimentos dos alunos acerca de ser jovem, um estudante em particular expõe: “o jovem é imaturo só porque não paga contas”, e um outro enfatiza: “o jovem não tem tempo para aprender e amadurecer”. Ou seja, o jovem realmente não é levado a sério, assim como diz a música discutida.

Ademais, referente a como eles se sentem na escola e o que a instituição representa para eles, ficou notória a predominância da Pedagogia tradicional e que os alunos sentem os reflexos deste modelo de prática escolar sobre a vida deles. O principal intuito desse primeiro contato foi criar um espaço de diálogos e de trocas com os jovens do 3º ano do ensino médio, um local cuja aprendizagem seja simultânea e recíproca; foi também entender quem são esses jovens, não por uma perspectiva transicional, mas como sujeitos e agentes do agora. A partir desse primeiro contato, abriremos possibilidades para novas e variadas oficinas voltadas para os interesses e as demandas dos jovens. Procuramos ao longo do diálogo com os jovens demonstrar uma horizontalidade na nossa relação, quebrando a ideia de hierarquia em sala de aula, e, por conseguinte, promover uma identificação entre os jovens universitários e os jovens escolares.

### **Referências Bibliográficas**

BRASIL. Secretaria Nacional da Juventude. **Estatuto da Juventude**. Lei 12.852, 5 de agosto de 2013. Brasília, 2014.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, nº 24, p.40-52. Set -Dez 2003.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez: Brasília, DF: UNESCO, 2000.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 12 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

## **JUVENTUDES INDÍGENAS: o protagonismo de jovens Juruna nos acampamentos Levante pela Terra e Terra Livre**

---

**Júlia Andrade Vivas**  
Universidade de Brasília

A juventude no Brasil é formada por pessoas de 15 a 30 anos de idade e, geralmente, é subdividida em faixas etárias menores como 15 a 17 anos, 18 a 20, 21 a 25 e 26 a 30. Mas o que nos diz agrupar e compreender pessoas a partir de suas idades? Ruiz (2019) argumenta que ignorar as categorias que compõem a juventude, bem como deixar de explorar as relações sociais e práticas envolvidas no processo de crescer/envelhecer para dar ênfase a uma classificação etária é desconsiderar a existência de subjetividades e particularidades no processo de categorização da juventude para um grupo.

O problema de pesquisa se debruça sobre a importância e, simultaneamente, a ausência e/ou escassez de produção científica sobre juventudes, no geral e, principalmente, sobre as juventudes minoritárias, como os jovens indígenas. O objetivo geral da pesquisa é entender como a juventude indígena vem sendo colocada dentro das produções científicas do mundo e se o conceito de juventude é discutido de forma plural e específica para cada tema e jovens envolvidos. Além disso, também faz parte do objetivo geral a compreensão do conceito “juventude” para as Ciências Sociais, comparando este com as outras ciências e áreas do conhecimento.

Tem-se como primeiro objetivo específico realizar uma revisão bibliográfica sobre juventudes indígenas e lideranças jovens com vistas a compreender como se deram até os dias de hoje as produções acadêmicas sobre este tema específico, considerando a importância da construção de conhecimento científico sobre juventudes para visibilizar a contribuição destes no mundo social (ALVARADO, 2007). O segundo objetivo específico se dá através de uma etnografia, que também se constitui como contribuição teórica (PEIRANO, 2014), com a juventude e liderança jovem Juruna, que estiveram em Brasília - DF durante o acampamento “Levante pela Terra e Luta pela Vida”, realizados nos meses de junho e agosto de 2021, respectivamente. Busca-se compreender como este grupo específico se reconhece enquanto jovens indígenas e qual é o papel da juventude indígena para a sociedade.

Esta pesquisa caminha por três percursos metodológicos que se complementam. O primeiro deles é o levantamento e a revisão bibliográfica, que preenche o espaço teórico de suma importância para o trabalho. A teoria não está dissociada da prática, sendo assim, o segundo percurso teórico-metodológico é a pesquisa-ação. Nesta metodologia, a lógica formal e binária de construção de conhecimento se distancia, pois esta não dá conta da formação de conhecimentos adquiridos através da interação e da comunicação (THIOLLENT, 1947). Por último, as entrevistas narrativas serão utilizadas para direcionar o olhar para as subjetividades através de respostas em forma de relatos que evocam a história pessoal dos sujeitos entrevistados (VICTORIA, 2019).

O levantamento bibliográfico foi realizado nos sítios Periódicos Capes e Scielo através de um conjunto de palavras-chave sobre povos indígenas e juventude em português, espanhol e inglês. Os textos foram categorizados em título, língua, ano, palavras-chave, áreas de conhecimento e tema, este último construído a partir da leitura completa dos resumos e da análise do objetivo da pesquisa, e ao todo foram encontrados 134 textos. Quanto às áreas de conhecimento, 30% dos artigos são da saúde, 24% de estudos sociais e humanos, 21% de Antropologia, 12% da educação, 6% classificados em outros, 4% do Direito e, por fim, 3% de estudos da América Latina e do Caribe. Os textos de Antropologia foram classificados separadamente dos estudos sociais e humanos, pois tratam-se de artigos que fizeram uso da etnografia como metodologia de pesquisa, característica de relevante interesse para esta pesquisa.

Após a leitura dos resumos e a identificação dos objetivos dos textos foram criadas etiquetas sinalizadoras dos temas abordados em cada artigo. A partir das etiquetas temáticas foi possível observar um grande debate sobre o uso da tecnologia entre jovens indígenas, saúde, gravidez na juventude, uso de drogas (mais especificamente bebidas alcoólicas), jovens indígenas em contextos urbanos, imigrantes e cultura jovem, em ordem decrescente de aparição dos temas nos resultados.

Dentro de cultura jovem foi feita uma subdivisão para encontrar os textos que falavam especificamente do reconhecimento enquanto juventude, da construção da identidade juvenil entre indígenas, essa etiqueta foi chamada de “ser jovem”. Ao

todo, somente 16 textos tratavam especificamente sobre o conceito de juventude e a construção identitária de jovens indígenas, todos dentro das áreas de Antropologia e estudos sociais e humanos. Apesar dos textos das áreas de humanidades somados serem maioria, o que já era de se esperar, a temática sobre saúde dos jovens indígenas é a mais levantada dentro dos resultados da busca bibliográfica.

É de suma importância a produção acadêmica sobre juventudes indígenas em seus aspectos culturais e identitários, que se mostrou escassa na busca bibliográfica, pois esta geração possui especificidades relevantes como a vida em transição entre a cidade para estudar, e a aldeia, que é muito valorizada por eles. Além disso, são jovens que, devido à invasão de suas terras no passado, foram privados de viver plenamente a cultura de seu povo, afastando-os da língua e dos costumes originários. Sem direito à cultura não se exerce plenamente, por exemplo, o direito à saúde.

### Referências Bibliográficas

ALVARADO, Sara Victoria. Construcción de conocimiento pertinente en las ciencias sociales: niñez, juventud y educación. **Hologramatica**, ano IV, n. 7, ago. 2007. Buenos Aires: UNLZ - Facultad de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <[http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/co/co-001/index/assoc/D8396.dir/articuloSaraVictoriahologramatica07\\_v1pp233\\_249.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/co/co-001/index/assoc/D8396.dir/articuloSaraVictoriahologramatica07_v1pp233_249.pdf)>

Acesso em: 6 de nov. de 2021.

BAINES, Stephen G. As chamadas “aldeia urbanas” ou índios na cidade. **Revista Brasil Indígenas**, Brasília/DF, Ano I, n. 7, , nov./dez., 2001. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em 16 de jun. 2020.

PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez., 2014. Disponível em: <[http://www.marizapeirano.com.br/artigos/2014\\_antropologia\\_nao\\_e\\_metodo.pdf](http://www.marizapeirano.com.br/artigos/2014_antropologia_nao_e_metodo.pdf)>

Acesso em: 23 de out. de 2021.

INGOLD, Tim. Levar os outros a sério. *In*: INGOLD, Tim. **Antropologia para que serve?** Petrópolis: Editora Vozes. 2019.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, 1996, v. 39 n°1.

RUIZ, Maya Lorena Pérez. Jóvenes indígenas en América Latina: reflexiones para su investigación desde la antropología. *In*: **Anuário Antropológico** [Online], v.44 n.2, 2019.

SOUZA, Maximiliano Lóiola Ponte de; DESLANDES, Suely Ferreira; GARNELO, Luíza. Histórias-míticas e construção da pessoa: ambiguidade dos corpos e juventude indígena em um contexto de transformações. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro 16(10):4001-4010, 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/XCcj6RgHXCzXSQ4QXvYBv4x/?lang=pt>> Acesso em: 6 de nov. de 2021.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo, Cortez, 1992.

URTEAGA CASTRO POZO, Maritza. Retos contemporáneos en los estudios sobre juventud. **Alteridades**, Ciudad de México , v. 21, n. 42, p. 13-32, dic. 2011 . Disponível em <[http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0188-70172011000200002&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172011000200002&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em: 15 de dez. de 2021.

VICTORIA, María P. J. Entramados de pobreza, trabajo y enfermedad en el ciclo vital de mujeres. **Horizonte sanitario**. v.18 n.3, 2019.

WEBER, Max. 1973. Comunidade e sociedade como estruturas de socialização. In FERNANDES, Florestan. (Org.). **Comunidade e sociedade: leituras sobre problemas conceituais, metodológicos e de aplicação**. São Paulo, Editora Nacional/Edusp, pp. 140-14

## **O ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM MOVIMENTO: juventudes educando(s)**

---

**Gabriel Lyra de Melo Franco**  
Universidade Federal de Minas Gerais

**Julio Carlos de Souza**  
Universidade Federal de Minas Gerais

A docência em Ciências Sociais, assim como em qualquer área científica e do saber, tem suas especificidades de acordo com a territorialidade, contexto e intencionalidade. A discussão que pretendemos apresentar é a forma como a docência em Ciências Sociais tem um recorte específico nos cursinhos populares, sobretudo enquanto um movimento social de educação construído, em maior parte, por uma pluralidade de juventudes.

Nossa atuação acontece dentro do “Emancipa Floresta”, uma unidade de cursinho popular em Belo Horizonte da Rede Emancipa, que se configura como um movimento social de educação popular com atuação em todas as regiões do Brasil há mais de 10 anos. O cursinho está ativo há mais de 2 anos, e em 2022 ele foi composto por 3 coordenadores, 18 professores, e no início do ano, obtivemos um total de 72 inscrições de alunos. As aulas na nossa unidade, que acontecem aos sábados, compõem um quadro de oito horários por semana. A disciplina de Sociologia, especificamente, tem duas aulas por mês, quinzenalmente. Nós, educadores de Ciências Sociais, nos esforçamos para nos reunir ao menos uma vez por semana, e fazermos avaliações e planejamentos constantes da nossa prática, agindo, refletindo e agindo, pois defendemos que “educar exige rigorosidade metodológica” (FREIRE, 1996).

### **Em que chão pisamos**

O campo da docência não se constitui enquanto um elemento avulso que possa ser pensado sem contexto ou territorialidade. Ser ou se tornar docente é constantemente se formar, deformar e reformar, e isso não acontece só nos delimitados 50 minutos na sala de aula. Pelo contrário, acontece também no dia a

dia, a partir da forma como nos educamos e somos educados, mediatizados pelo mundo e pelos diversos chãos que pisamos (FREIRE, 1979).

Hoje nossos pés se encontram no campo da educação e das juventudes, a partir das nossas vivências enquanto bolsistas do Observatório da Juventude, que é um Programa de Extensão, Ensino e Pesquisa da UFMG. Esse espaço nos permitiu problematizar a concepção de que jovens são adultos em formação, como um “vir a ser”, pois consideramos que o jovem se constitui enquanto sujeito sociocultural, “capaz de refletir, de ter suas próprias posições e ações” (DAYRELL, 2003) dentro da pluralidade das formas de ser jovem. E é por meio dessa fundamentação teórica que potencializamos nossa jovem docência em uma dupla condição: a de sermos docentes em início da carreira e jovens docentes (ALVES, 2007).

Pontuar os espaços que ocupamos e pelos quais somos atravessados tem o simples objetivo de reconhecer a relevância que é transitarmos e nos formarmos enquanto educadores em um chão que não é estático nem singular, mas dinâmico e plural. Sendo assim, nosso trabalho com as aulas de Ciências Sociais se propõe enquanto um processo de experimentação de si mesmo (CHARLOT, 2000), na defesa de que vamos nos formando e sendo formados como seres humanos em um movimento contínuo, reiterando também, dessa forma, o inacabamento do ser humano (FREIRE, 1996). Nossa atuação se dá em movimento, andando pelos espaços, e caminhando com o alunado durante nosso tempo no cursinho.

### **Atuação em movimento**

A docência em Ciências Sociais em “movimento”, com o recorte dos cursinhos pré-universitários, se associa a duas dimensões que se articulam continuamente: 1) a de sermos docentes em um “movimento social” de educação; 2) e a de reconhecermos, nos processos dinâmicos pelos quais passamos no cursinho, que é necessário uma movimentação constante, agindo, refletindo e agindo (FREIRE, 1996). Estarmos inseridos no espaço de educação dos cursinhos populares, e não na escolarização formal, traz potencialidades, mas também nos traz diversas limitações. São constantes as discussões que são feitas dentro do cursinho, pensando em formas de lidar com algumas dessas limitações, como evasão; irregularidade de presença; dificuldades de financiamento ou suporte financeiro para transporte e

alimentação etc. Essa delimitação, ainda que baseada na experiência de um cursinho popular, é a realidade de diversos outros, já que também são atravessados pelos mesmos problemas (ou similares), que são consequências do sistema produtor e reproduzidor de desigualdades sociais, que é o capitalismo.

Um exemplo das limitações enfrentadas por cursinhos populares é a própria preparação para o Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, que de médio não tem nada – no qual é exigido uma carga teórica extremamente conteudista. Nesse contexto, a solução mais “fácil” – e geralmente adotada por cursos pré-vestibulares – é um modelo de aula que se baseia em transmitir conteúdos continuamente para o alunado, com o objetivo de apresentar o máximo de conteúdo possível, mesmo que de forma superficial ou dissociada da realidade dos jovens. Porém, como também fazemos o chão que pisamos e nos comprometemos com a educação popular, foi necessário reconhecer a intencionalidade dos nossos alunos, que é “passar no Enem”, para depois entendermos com qual intencionalidade seriam planejadas as aulas, com quais metodologias e grades curriculares. Foi dessa forma que reelaboramos o cronograma de aulas diversas vezes, planejando aulas que não necessariamente dependessem umas das outras, ensinando e discutindo técnicas para o “fazer do Enem”, mas também de que forma podemos sociologizar não só os conteúdos que fundamentam as questões, mas também o próprio exame.

Quando Soares do Bem (2006) diz que os movimentos sociais são e vêm se construindo cada vez mais enquanto alternativa e referência, é possível acrescentar que isso acontece porque são construídos por e com quem lida com a dinâmica social. Ou seja, as alternativas e decisões construídas pelos movimentos sociais não são, ou pelo menos não devem ser, individuais, mas sim coletivas, porque apresentam soluções coletivas para problemas coletivos. Por isso, apontamos a necessidade de uma emancipação da população, que seja fundamentada e construída dentro da educação popular, porque “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”. (FREIRE, 2000).

### **Apontamentos**

Para além de todas as problemáticas que desenvolvemos neste trabalho, evidenciamos aqui a potência que é nos lançarmos a elas. A docência, no Brasil, é

uma das categorias que têm maior capilarização social, logo, não há docência sem política. Ser movimento social é isso: estar em movimento. Sabemos que defender e construir uma educação que seja verdadeiramente popular não é seguir um modelo pronto e muito menos cristalizado, mas sim lidar dialeticamente com as contradições sistêmicas e cotidianas que nos atravessam na sociedade em que vivemos. Nosso objetivo não é apresentar soluções para o que levantamos, mas coletivizar e registrar algumas das brechas e dos atalhos que encontramos nos caminhos que percorremos na nossa trajetória docente.

Na sociedade capitalista em que vivemos, a noção de trabalho para muitos é vista apenas enquanto “emprego” dentro de uma lógica produtivista, salarial e lucrativa. Nessa perspectiva, nem sempre é possível estar em plenas condições de trabalho dentro do cursinho, o qual requer comprometimento, energia, disposição e vontade. Contudo, concordamos com Alves sobre “O trabalho, para os jovens, constitui seus vínculos sociais, suas identidades e subjetividades” (2017, p. 148). E, assim, entendemos, que a “Rede Emancipa” se coloca enquanto um movimento social de educação, que luta por uma educação popular emancipadora e anticapitalista, que promova a formação humana. Portanto, estar em um movimento de educação popular que aplica essa luta em sua essência, perpassando por toda a sua lógica de funcionamento e suas atividades, nos possibilita construir um vínculo com nosso trabalho, no qual nos sentimos representados, impulsionando nossos esforços e complementando a nossa atuação.

Por fim, também vale ressaltar que discutir sobre aulas de Ciências Sociais no âmbito da educação popular, territorializados e contextualizados, não deixa de atravessar a docência em um âmbito geral. O ponto comum entre as diversas docências feitas por cientistas sociais é, obviamente, nossa formação universitária, com toda sua diversidade de grades curriculares que compõem os conhecimentos considerados “básicos” para o ensino de Ciências Sociais. Portanto, é necessário que sejam compartilhadas as experiências de diferentes docências, com suas respectivas especificidades, para que o ensino de Ciências Sociais seja cada vez mais discutido, estudado e pesquisado, seja no âmbito escolar, seja nos espaços que não estão inseridos na educação formal, como nos cursinhos, e esse é o nosso objetivo central.

## **Referências Bibliográficas**

CHARLOT, Bernard. O "Filho do Homem" Obrigado a Aprender Para Ser (Uma Perspectiva Antropológica). *In*: CHARLOT, Bernard. **Da Relação com o Saber: Elementos para uma teoria**. Tradução: Bruno Magne. Porto Alegre: Artmed, 2000. cap. 4.

DAYRELL, Juarez T. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set./dez. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SOARES DO BEM, A. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o Estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação e Sociedade**, São Paulo, n.27, 2006.

FREIRE, Paulo. "Segunda carta. Do direito e do dever de mudar o mundo." *In*: FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**. Cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LEAL, Álida Angélica Alves. **Desafios Comuns, Enfrentamentos Singulares: Narrativas de jovens docentes iniciantes no ensino médio público**. 2017. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.

## **O SENTIDO DO ENSINO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E A CULTURA JUVENIL: um estudo sobre a participação e a identidade política**

---

**Joana da Costa Macedo**  
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro

**Beatriz Takeiti**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Mônica Villaça Gonçalves**  
Universidade Federal do Espírito Santo

**Débora Irmão**  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Recentemente, o mundo vem presenciando a ascensão de governos liberais e conservadores. O Brasil tem caminhado na mesma direção, aprovando algumas reformas no sistema educacional e na administração pública que reforçam essa perspectiva. Além disso, em termos de contexto histórico, novos movimentos sociais emergiram na última década, como os coletivos. Esse processo de mudança e de acontecimentos podem influenciar na maneira como as pessoas formam suas opiniões e como a interpretação dos acontecimentos contribui para forjar um tipo de comportamento dos cidadãos em torno das questões concernentes ao mundo político.

Em uma época em que as questões políticas são altamente divulgadas e publicizadas, torna-se premente investigar como os jovens estudantes constroem suas atitudes e identidades políticas, de modo a apreender qual o grau de adesão aos valores democráticos e ao conhecimento político que eles têm sobre o funcionamento das instituições políticas. O ensino de Ciências Sociais/Sociologia pode contribuir para as discussões e o aprimoramento sobre a formação política dos jovens.

Dentro de um contexto teórico mais geral, Jennings (2009) argumenta que algumas chaves interpretativas podem ser utilizadas para investigar a cultura política e o engajamento cívico entre os indivíduos. A autora menciona os aspectos curriculares no campo da educação cívica e como o currículo pode impactar na construção de um tipo de comportamento político. O segundo aspecto relevante concerne aos elementos extracurriculares, como a inserção dos

cidadãos em associações religiosas, esportivas, culturais, entre outras, ou engajados em trabalhos voluntários. Contudo, Jennings (2009) argumenta que as mudanças na ordem mundial exercem certa influência na construção de uma cultura política. Nesse sentido, um dos aspectos concernentes à compreensão do comportamento e da identidade política é analisá-los dentro de um contexto de mudança da ordem política.

Além disso, essa pesquisa intenciona incluir os jovens da educação básica entre o público-alvo a ser investigado, na tentativa de avançar no debate dentro do campo da ciência política sobre comportamento político e opinião pública na juventude e entender quais elementos, possivelmente, os compõem. Nos estudos de Annik Percheron (1974) sobre o universo político da criança, a autora comenta que os jovens, a partir de determinada idade, já são capazes de construir sua própria identidade política. Como no Brasil, o voto, por exemplo, pode ser exercido a partir dos 16 anos de idade, convém analisar como esses jovens ainda em idade escolar estão construindo sua identidade e seu comportamento político.

A pesquisa justifica-se pela relevância da formação de opinião política de milhares de estudantes que compõem a rede de educação básica do país e pela reflexão da importância do impacto dos acontecimentos políticos, sociais e econômicos no contexto cultural de produção de atitudes políticas.

Dentro do contexto do ensino de Ciências Sociais/Sociologia, particularmente no Brasil, a disciplina escolar Sociologia prevê o ensino do conteúdo da Ciência Política, e este está presente nos currículos da educação básica. Em 2000, o documento oficial Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCN+) incluiu explicitamente o conhecimento de de Ciência Política, juntamente com os conteúdos de Sociologia e de Antropologia.

A orientação do PCN+ (2000) refere-se à realização de um ensino de Ciência Política direcionado para a política como parte do cotidiano dos indivíduos, permitindo uma compreensão geral sobre as relações de poder, contribuindo para uma prática política que seja eticamente orientada e em acordo com valores e práticas de cidadania (BRASIL, 2000). Como efeito curricular, conteúdos relacionados ao tema da Ciência Política foram incluídos

nas Orientações Curriculares Nacionais (BODART; LOPES, 2017), refletindo sua presença nos Plano Nacional do Livro Didático (PNLD).

Em estudos mais recentes sobre a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Bodart e Feijó (2020, p. 230) identificaram a presença dos conhecimentos da Ciência Política nos objetivos das competências propostas neste documento, e no qual afirma “a valorização dos valores humanos e de comportamentos democráticos, a partir de uma formação voltada ao exercício da cidadania”. Pode-se argumentar que essa orientação encoraja a reflexão do agir em coletividade alicerçada em valores democráticos de respeito mútuo e de tolerância. Nesse sentido, a Sociologia escolar, pelas competências da BNCC, torna-se uma via de construção de valores democráticos, incentivando, possivelmente, a importância do espírito de coletividade e de participação política (BODART; FEIJÓ, 2020).

Do ponto de vista prático, a educação política visa construir e promover valores democráticos e incorporar o dever cívico, questões que estariam relacionadas à construção de uma sociedade calcada em uma cultura democrática, justa e com o valor da igualdade (MACEDO; GONÇALVES, 2020). Do ponto de vista curricular, o ensinamento teórico desse conteúdo é abordado e difundido pelas escolas por meio dos materiais didáticos adotados. O processo prático de ensino, por seu turno, pode ser acompanhado por algumas metodologias pedagógicas que visam a uma intervenção experimental dos conteúdos curriculares (MACEDO; GONÇALVES, 2020).

No debate da educação política, uma metodologia reconhecidamente utilizada é o Parlamento Jovem (FEIJÓ, 2019; FUKS, 2016), no qual os estudantes vivenciam, na prática, o cotidiano de um processo de tomada de decisão dos parlamentos estaduais, bem como simulam autoria de projetos de lei encaminhados. Contudo, outras modalidades pedagógicas, algumas caracteristicamente configuradas como simulações práticas, podem ser aplicadas em sala de aula com a finalidade de abordar essas temáticas com os estudantes (MACEDO; GONÇALVES, 2020).

Adicionalmente, é importante reconhecer que o ensino de Ciências Sociais foi defendido, entre outras razões, mas sobretudo, pela proposta metodológica

de ser um ensino fundamentado no processo de “desnaturalização” e de “estranhamento” dos fenômenos sociais (MORAES, 2010), permitindo capacitar estudantes a construírem seus pensamentos críticos para que possam, possivelmente, converter seus conhecimentos em ações políticas e sociais autônomas e transformadoras. Dentro desse contexto, é importante ressaltar que o ensino de Ciências Sociais/Sociologia propõe a apreensão de conhecimento teórico associado a uma metodologia de ensino, que propicie o desenvolvimento de consciência crítica e visão analítica sobre os fenômenos sociais.

Dentro desse contexto, torna-se relevante investigar como os jovens estudantes percebem alguns temas de política, como a participação e a identificação política. Esta investigação centraliza esforços, especificamente, em estudar a cultura juvenil – os estudantes do ensino médio em uma escola pública do estado do Rio de Janeiro. Essa pesquisa foi realizada por meio de um *survey* e está inserida na pesquisa “JuventudeS urbanas periféricas, arte-cultura e ocupações: impactos de um projeto de extensão no conjunto de favelas do Complexo do Alemão”, uma investigação mais abrangente sobre o perfil da juventude periférica, as formas de participação social e política possíveis de serem realizadas pelos jovens, e os programas sociais para a juventude, baseados no território estudado.

Os dados ainda estão sendo sistematizados, no entanto, é possível apresentar alguns dados preliminares sobre a participação dos estudantes em grupos sociais/políticos e a identificação política, bem como suas percepções sobre o que precisa ser melhorado no bairro em que moram.

**Tabela I:** Participação em grupos sociais/políticos.

<b>Grupos sociais/políticos que participa</b>	<b>% (N)</b>
Grupo religioso	18,5% (29)
Esporte	25,5% (40)
Coletivos e/ou movimentos culturais	3,8% (6)
Movimentos partidários	0,6% (1)
Movimento estudantil	7,6% (12)
Associação de bairro	1,3% (2)
Conselho gestor	0,6% (1)
Nenhum	54,1% (85)

Fonte: Elaboração própria.

**Tabela II:** Identificação com movimentos sociais.

<b>Tipos de movimentos sociais</b>	<b>% (N)</b>
Movimento estudantil	38,9% (61)
Movimento feminista	25,5% (40)
Movimento negro	29,9% (47)
Movimento juvenil	21,7% (34)
Movimento LGBTQIA+	38,9% (61)
Nenhum	29,9% (47)

**Fonte:** Elaboração própria.

**Tabela III:** Melhorias necessárias no bairro

<b>Tipo de melhorias</b>	<b>% (N)</b>
Saúde	63,1% (99)
Educação	55,4% (87)
Transporte público	48,4% (76)
Segurança pública	61,1% (96)
Espaços de lazer	61,8% (97)
Moradia	47,8% (75)
Saneamento/higiene	47,1% (74)
Espaços culturais	49% (77)
Fofoqueiros	0,65 (1)

**Fonte:** Elaboração própria.

Os resultados preliminares, expostos na Tabela I, mostram que a maioria (54%) dos estudantes não possuem grupos sociais/políticos os quais participam, apesar de uma quantidade considerável deles possuírem certo grau de participação social concentrada nos grupos religiosos (18,5%) e em esportes (25,5%). Análises mais aprofundadas são necessárias, mas de forma preliminar, pode-se inferir que o tipo de participação social/política dos jovens se dê por outras frentes, a depender dos grupos e/ou organizações que estão presentes em determinadas localidades.

No entanto, conforme pode ser verificado na Tabela II, muitos estudantes apresentam algum nível de identificação com algum movimento social. Mesmo que essa identificação, aparentemente não se reverta para uma participação em grupos sociais/políticos tais quais conhecemos, não significa que, necessariamente, não haja engajamento sobre algumas temáticas as quais os estudantes se identificam. Por fim, os dados da Tabela III indicam que os estudantes pesquisados apresentam certo nível de consciência coletiva a julgar pelos problemas que precisam ser sanados e que foram apontados em seu bairro.

A pesquisa ainda está em andamento e sistematizações mais detalhadas precisam ser realizadas. No entanto, é possível inferir o interesse dos jovens em

temáticas relacionadas à política e às políticas públicas que visam a melhoria de uma coletividade, especialmente, aquelas associadas ao território em que moram. Dito isso, é possível perceber o sentido que o ensino de Ciências Sociais/Sociologia tem na formação política dos jovens estudantes ao oferecer um espaço escolar de formação política, no qual os estudantes podem debater, discutir, conhecer temáticas ligadas à política e à participação, por exemplo, ao mesmo tempo em que este ensino oferece uma prática metodológica de capacitação crítica e analítica. Tudo isso a favor de uma sociedade mais justa e democrática.

### **Referências Bibliográficas**

BODART, Cristiano das Neves; FEIJÓ, Fernanda. As ciências sociais no currículo do ensino médio brasileiro. **Revista Espaço do Currículo** (online), João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 219-234, maio/ago. 2020.

BODART, Cristiano das Neves; LOPES, Gleison Maia. A ciência política nas propostas curriculares de sociologia para o ensino médio. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino em Ciências**, v. 1, n. 1, p. 131-152, jan./jun. 2017.

FEIJO, Fernanda. Quando o Parlamento Jovem torna-se parte da aula de sociologia do ensino médio que visa a educação política. In: BODART, Cristiano das Neves. **O ensino de sociologia e de filosofia no Brasil**. Editora Café com Sociologia, 2020.

FUKS, Mario; CASALECCHI, Gabriel Ávila. Formando cidadãos democráticos: considerações sobre os efeitos do Parlamento Jovem mineiro. **Cadernos Adenauer** XVII, n. 1, 2016.

JENNINGS, M.K.; STOKER, L.; BOWERS, J. Politics across generations: family transmission reexamined. **Journal of Politics**, 71, 2009, p.782 – 799.

MACEDO, Joana da Costa; GONÇALVES, Roberson Maturano. O ensino de ciência política na educação básica e a educação política como pedagogia para a cultura democrática. **Latitude**, v.14, n.1, pp. 50-72, jan./jul., 2020.

MORAES, Amaury César. Sociologia no Ensino Médio: o estranhamento e a desnaturalização dos fenômenos sociais na prática pedagógica. In: MORAES, Amaury César. **Coleção Explorando o Ensino – Sociologia: ensino médio**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010 REGINENSI, Luc. Annik Percheron et l'univers politique des enfants. *Cairn.Info*, n° 12, 2005, pg.173-192.

## **SER JOVEM NA ESCOLA: experiência escolar de jovens em uma escola pública da periferia da cidade de Maceió - AL**

---

**José de Oliveira Junior**

Instituto Federal de Alagoas -IFAL – Campus Maceió

**José Rogério Lopes**

Universidade Federal do Tocantins

Pensando as relações dos jovens com a escola e na sociabilidade entre eles nesse espaço de socialização, além das ideias sobre identidades e memórias, foi que a perspectiva da juventude como um problema sociológico começou a ser pensada e estudada por mim. Pesquisamos na instituição escola o processo de socialização e experiências dos sujeitos jovens de bairros periféricos da cidade, e qual a sua mediação na construção de identidades a partir das relações estabelecidas nesse espaço e dos projetos culturais que sejam desenvolvidos, ou não. Nesse sentido, nosso objetivo geral foi investigar as sociabilidades juvenis em escolas de periferia da parte baixa da cidade de Maceió - AL. Buscamos o entendimento do que pensa a juventude sobre a juventude; como os jovens veem a instituição escola e qual é o seu significado para as suas vidas e como estão construindo os seus processos identitários.

O presente estudo é relevante, pois contribui com o conhecimento acerca das sociabilidades, identidades e projetos individuais e culturais, adotando a categoria “lugar de memória” como suporte para a formação e a construção de uma memória coletiva e individual. O objetivo da pesquisa não foi realizar um desenho abrangente do ser jovem em Alagoas, mas focalizar no eixo central da análise proposta: a sociabilidade juvenil em uma escola da periferia da parte baixa da cidade de Maceió e saber o que pensam esses sujeitos sobre a escola como suporte e aporte para seus projetos de futuro e como um “lugar de memória”. A juventude antes era vista como algo de que, no final da vida escolar, a pessoa acabava se livrando, como um estágio temporário em um movimento para a fase adulta. Essa passagem ordeira de outrora passou a ser agora carregada de incertezas.

Todo ser humano é individual e social. A sociabilidade diz respeito à capacidade que temos para viver em sociedade, segundo Boudon (1990), o termo

designa, ao mesmo tempo, um estado das faculdades do ser humano em viver em grupo e depender dele, por conta de nossa condição de existência, e um traço de psicologia coletiva adquirida no meio em que estamos inseridos. Seria uma aptidão de uma população para viver as relações públicas. Nesse sentido, podem-se distinguir uma sociabilidade interna, construída de forma doméstica no lar onde nascemos e na família a que pertencemos, e uma sociabilidade externa, aprendida com a inserção da criança no mundo da vida cotidiana da casa, do bairro, na cidade e na escola, além das nossas relações de amizades, no trabalho, no meio social e na cidade, país, continente em que estamos inseridos.

A escola como lugar, e seu lugar na periferia são importantes, pois, tem a ver com a relação entre cultura e construção de identidades. Nesse sentido, Yázigi (2001, p. 37), nos diz que, “a ideia de lugar, consubstanciada no entendimento de Milton Santos (1994, p. 36) é assim entendida: consiste da extensão do acontecer homogêneo ou do acontecer solidário, a partir de duas construções: a configuração territorial e a norma, mesmo que efêmera”.

Na escola são depositadas três funções básicas, conforme Stecanela (2010). A primeira é a qualificação escolar; a segunda, a educativa; e a terceira, a socialização. Sendo esta última não toda a socialização do sujeito, mas como ele se desenvolve em uma organização escolar que possui um modelo a ser seguido, por ter sido estabelecida pelos órgãos que regulam o aprendizado de uma nação, por isso precisam seguir um conjunto de regras, normas, exercícios, programas e relações pedagógicas, que são resultados de um projeto educativo e de uma estrutura de oportunidades sociais.

O modo de socialização escolar se impôs a outros modos de socialização e, com isso, produziu-se uma “prática escolocêntrica”, em que se impunha a todos a obediência a regras e normas estabelecidas através da relação pedagógica. “A criança e o jovem corporificam o sentido etimológico da palavra *aluno*, de origem latina – *alumnus* – significando algo que não tem luz e que precisa ser conduzido, iluminado” (STECANELA, 2010, p. 49).

Porém, atualmente observa-se que as constantes transformações e mudanças comportamentais, familiares e educacionais têm gerado ou ampliado processos de desencaixe e reencaixe de novas identidades emergentes e em crise (GIDDENS, 1991).

A vida dos jovens brasileiros está sendo alterada nos últimos anos, no quadro de mudanças que ocorrem no cenário global e local – glocal<sup>24</sup>, devido às constantes crises no sistema financeiro, no desemprego estrutural, no sistema educacional, dentre outros. Estas alterações estão relacionadas com a afirmação de comportamentos que marcam a sociedade contemporânea.

Conforme Velho (2003), os sujeitos modernos nasciam e viviam em um contexto no qual culturas e tradições eram particulares, reguladas por normas e valores recebidos de seus antepassados. Entretanto, essa regulação está sendo afetada de um modo inédito por sistemas de valores que são diferenciados e heterogêneos, e os jovens passaram a vivenciá-los. O que passou a ser colocado em jogo é um processo histórico amplo e a sua dinâmica em relação aos sistemas culturais que repercutem na existência de cada indivíduo em particular. “A modernidade no ocidente está associada ao desenvolvimento de ideologias individualistas” (VELHO, 2003, p. 39).

Nesse sentido, Velho (1997, p. 26) dirá que a prerrogativa de existência para a construção de projetos individuais está interligada a como, em contextos socioculturais singulares, se lida com a ambiguidade entre fragmentação e totalização. Isto porque, se tomarmos o indivíduo como um dado da natureza, será lógico pensar a possibilidade de projetos individuais, entretanto, se ele for pensado como uma construção fabricada culturalmente, é preciso relativizar a noção de projeto individual. Pois, “nos termos de Schutz, havendo agentes empíricos há conduta, desde que esta não pressuponha um projeto. Quando há ação com algum objetivo predeterminado teremos o projeto”.

Os projetos individuais interagem com outros dentro de um campo de possibilidades, afirma Velho (2003). Desse modo, eles existem e não estão em um vácuo, mas fazem parte de premissas e paradigmas culturais que foram compartilhados por universos específicos. São complexos porque os indivíduos podem ter projetos diferentes e contraditórios. Por isso, a variável geracional possui um papel fundamental ao estabelecer descontinuidades nos projetos estabelecidos

---

<sup>24</sup>O vocábulo “glocal” é de uso corrente e surge pela primeira vez nos anos 1980, o *The Oxford Dictionary of New Words* já o citava nessa época.

previamente, uma vez que as pessoas mudam e com elas mudam também os seus “mapas de orientação social”<sup>25</sup>.

Nesse sentido, nossos questionamentos têm como referência um quadro de mudanças profundas nas práticas culturais, políticas e econômicas, como afirmam Augé (1991), Giddens (1993), Harvey (2012), Hall (2011), Velho (2003), dentre outros. Neste quadro, estudar o local é importante para que possamos perceber de que maneira os processos sociais e culturais ocorrem e como as identidades são construídas e percebidas pelos sujeitos que vivem em uma determinada localidade, ou em um determinado grupo social e cultural.

Esses quadros de mudanças profundas que vem ocorrendo no cenário local e global tem a ver com as questões levantadas por alguns teóricos das Ciências Sociais e Humanas, citados anteriormente, que dizem respeito às transformações no cenário social e cultural, bem como na construção das identidades e intimidades dos sujeitos no mundo moderno-contemporâneo e suas relações no mundo trabalho.

Desse modo, pesquisamos na instituição escola o processo de socialização e experiências dos sujeitos jovens de bairros periféricos da cidade, e qual é a sua mediação na construção de identidades a partir das relações estabelecidas nesse espaço e dos projetos culturais que sejam desenvolvidos, ou não. E como, em contexto de periferia, esta passa a ter, ou não, um papel na formação de grupos de sociabilidade na construção de processos de identidade e projetos nos mapas de orientação social desses sujeitos.

### **Referências Bibliográficas**

BOUDON, Raymond. **Dicionário de sociologia**. Lisboa: CRSSL, 1990.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991(1993).

HARVEY, D. **A Condição Pós-Moderna**. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

---

<sup>25</sup>Pensados como “mapas de orientação social”, os projetos podem ser sociais quando englobam ou incorporam projetos individuais, segundo a percepção de “interesses comuns” e “uma definição de realidade convincente” (VELHO, 1997, p. 33). Assim definidos, os projetos adquirem conotação política, cuja viabilidade depende da “eficácia em mapear e dar um sentido às emoções e aos sentimentos individuais” (VELHO, 1997, p. 33).

STECANELA, Nilda. **Jovens e Cotidiano**: trânsitos pelas culturas juvenis e pela escola da vida. Caxias do Sul, RS: Educs, 2010.

VELHO, G. **Individualismo e Cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose**: antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 2003.

VELHO, Otávio Guilherme. **O Fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES, 1979.

WEISHEIMER, Nilson. **Sociologia da Juventude**. Curitiba: Ibplex, 2009.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura**: usos da cultura na era global. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.